



ELISEU PADILHA é acusado de intermediar o pagamento de R\$ 5 milhões em caixa 2 para o PMDB

JUSTIÇA ELEITORAL

Padilha tinha 4 senhas para receber caixa 2

A Odebrecht informava as senhas, entre elas: Foguete, Árvore, Morango e Pinguim, e o ministro escolhia os locais de pagamento

BRASÍLIA

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, recebeu da Odebrecht pelo menos quatro senhas para o pagamento de caixa 2 ao PMDB, segundo informou o ex-executivo José de Carvalho Filho em depoimento prestado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na sexta-feira, de acordo com fontes.

As senhas eram as seguintes: Foguete, Árvore, Morango e Pinguim. Carvalho afirmou ao TSE que Padilha intermediou o pagamento de caixa 2 para o PMDB.

A ação apura se a chapa de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) cometeu abuso de poder

político e econômico para se reeleger em 2014.

Segundo fontes informaram à reportagem, Padilha teria acertado locais de entrega do dinheiro da empreiteira mediante senhas trocadas com o ex-executivo.

O valor total destinado ao PMDB chegou a R\$ 5 milhões, dos quais R\$ 500 mil teriam sido destinados ao então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

José de Carvalho Filho procurou o peemedebista para solicitar os endereços onde seriam entregues as quantias.

Padilha teria fornecido os endereços repassados para a ex-secretária Maria Lúcia Tavares, que atuava no setor de propina da Odebrecht.

Era Maria Lúcia a responsável por criar senhas que seriam entregues posteriormente por José de Carvalho a Padilha.

José de Carvalho afirmou que, para entregar as senhas, esteve com Padilha pelo menos quatro vezes.

O ex-executivo da Odebrecht trabalhava na equipe do ex-diretor

de Relações Institucionais da Odebrecht Cláudio Melo Filho. No anexo de delação premiada que veio a público em dezembro, Melo relata que foi Carvalho Filho quem o apresentou a Padilha.

Os repasses da Odebrecht ao PMDB teriam ocorrido nas seguintes datas: 13 de agosto de 2014 (R\$ 1,5 milhão, senha: Foguete); 2 de setembro de 2014 (R\$ 1 milhão, senha: Árvore); 4 de setembro de 2014 (R\$ 1 milhão, senha: Morango), 10 de setembro de 2014 (R\$ 1 milhão, não constaria a senha); 30 de setembro de 2014 (R\$ 500 mil, senha: Pinguim).

Segundo José de Carvalho Filho, um dos locais indicados por Padilha foi o escritório de José Yunes, amigo e ex-assessor de Michel Temer. Esse pagamento teria sido realizado em 4 de setembro de 2014.

DEFESA

Procurado pela reportagem, o ministro Eliseu Padilha informou que está em repouso por recomendação médica e não se manifestaria sem conhecer o conteúdo.

Delator confirma repasse a Yunes

Em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ex-diretor da Odebrecht José Carvalho Filho vinculou uma pessoa de codinome Paulistinha à entrega de dinheiro no escritório de José Yunes, ex-assessor e amigo do presidente Michel Temer.

José Filho prestou depoimento na sexta-feira, ao ministro Herman Benjamin, relator do processo de cassação da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer.

Os recursos da Odebrecht entregues a Yunes eram destinados à campanha de 2014 e sua distribuição foi acertada com o hoje minis-

tro Eliseu Padilha (Casa Civil).

Lúcio Funaro, operador financeiro ligado ao ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) procurou o Ministério Público após ser citado na delação de Cláudio Melo Filho.

Yunes disse que Funaro levou um pacote a seu escritório a pedido de Padilha, mas afirmou não saber o seu conteúdo.

Segundo José Filho, os documentos apontam duas entregas, uma de R\$ 1 milhão e outra de R\$ 500 mil, no escritório de Yunes.

Os valores teriam sido acertados em um jantar no Palácio do Jaburu,

em 2014, com vice-presidente Michel Temer, de Melo Filho, de Padilha e de Marcelo Odebrecht.

Yunes disse que está à disposição para prestar esclarecimentos.

FELIPE RAU/ESTADÃO CONTEÚDO - 19/04/2016



YUNES afirma ter recebido pacote

Lava a Jato completa três anos com 10 bi devolvidos

BRASÍLIA

A Operação Lava a Jato completa três anos na próxima sexta-feira com números que falam por si: R\$ 10 bilhões recuperados e 89 condenados a penas que somam pelo menos 1.383 anos de prisão, considerando apenas ações de irregularidades na Petrobras.

Há, no entanto, um caminho longo pela frente, segundo os investigadores. “É surpreendente que, depois de três anos, ainda haja tantas linhas de investigação para seguir. Há muito tempo descobrimos que, em tema de corrupção brasileira, o buraco é mais embaixo”, afirma o coordenador da força-tarefa em Curitiba, o procurador Deltan Dallagnol.

A prisão de Jorge Luz, apontado como operador de caciques do PMDB, mostrou, no mês passado, que a Lava a Jato mantém o fôlego para revelar novos personagens e desvendar esquemas de corrup-

ção. Na avaliação de Dallagnol, o maior risco vem da atuação de políticos que articulam manobras para abrandar as punições, a exemplo da proposta que anistia o caixa 2.

“A investigação desenterrou o monstro da corrupção. Alguns políticos estão insistindo para enterrá-lo. Varrer a sujeira para debaixo do tapete e fazer de conta que nada aconteceu”, diz o procurador.

Para o juiz Sérgio Moro, a corrupção envergonha, e é preciso seguir em frente nas investigações.

“Os casos já julgados revelaram um quadro de corrupção sistêmica, no qual a propina virou a regra e não a exceção. Isso nos causa vergonha. Mas é motivo de orgulho o fato de que o Brasil está tomando passos sérios e firmes para enfrentá-la”, declarou.

E completou: “É importante ir adiante no momento em que países vizinhos, inspirados pelo exemplo, buscam agir.”

PAULO WHITAKER/REUTERS



PARA MORO, a corrupção envergonha, e é preciso seguir em frente

Acareação mantém contradições sobre Temer

BRASÍLIA

A acareação entre Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira, e Cláudio Melo Filho, ex-vice-presidente da empresa, manteve a contradição sobre um jantar com Michel Temer em 2014.

Marcelo reafirmou que Temer não estava à mesa, no jantar no Palácio do Jaburu em 2014, quando mencionou que a empreiteira repassaria R\$ 10 milhões ao PMDB para as eleições daquele ano.

Já Cláudio Melo Filho repetiu sua versão de que Temer estava presente durante a conversa. Eles fizeram acareação na sexta, por videoconferência no processo de cassação da chapa Dilma – Temer no Tribunal Superior Eleitoral.

O ministro Herman Benjamin, relator do processo, não insistiu na contradição, pois avaliou que os recursos seriam destinados a campanhas do PMDB, sem relação com a chapa presidencial.

Em sua defesa, Temer alega que pediu ajuda oficial da empreiteira, e não doação por caixa 2.

BNDES barra R\$ 22,1 bilhões de obras da Odebrecht

SÃO PAULO

Os três países que na última década mais receberam dinheiro do BNDES, Angola, República Dominicana e Venezuela, terão dificuldades para retomar os financiamentos já contratados para obras que estão sendo feitas pela Odebrecht.

Dos US\$ 7 bilhões (R\$ 22,1 bilhões) em contratos suspensos pelo banco, cerca de US\$ 4 bilhões (R\$ 12,6 bilhões) eram referentes a empreitadas da construtora.

O banco está obrigando que os países e a empreiteira assinem um “termo de compliance”, em que afirmam que não há vício nos negócios entre eles.

O diretor de exportação do BNDES, Ricardo Ramos, diz que o BNDES também vai verificar cada um dos 25 contratos suspensos para checar o andamento do empreendimento, os outros financiamentos envolvidos, o risco do país e o próprio risco de a empreiteira finalizar ou não a obra. Somente da Odebrecht são 15 contratos.